



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150803 - MG (2021/0232434-9)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : KELVIN DE OLIVEIRA MARIANO (PRESO)
ADVOGADO : ANGELICA DA SILVA - MG178520
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por KELVIN DE OLIVEIRA MARIANO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (*Habeas Corpus* n. 1.0000.21.107315-0/000).

O recorrente foi preso em flagrante pela prática em tese dos crimes previstos nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006. Homologada, a prisão em flagrante foi convertida em prisão preventiva para a garantia da ordem pública.

Sustenta a desnecessidade da prisão preventiva, ao argumento de que sua liberdade não oferece perigo para nenhum dos pressupostos do art. 312 do Código de Processo Penal. Afirma que não integra organização criminosa e nem é um criminoso contumaz, mas, por outro lado, possui ocupação lícita. Defende a possibilidade de aplicação das medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente, a concessão de liberdade provisória, mediante a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. No mérito, pugna pelo provimento do recurso para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

A propósito, extrai-se o seguinte do acórdão impetrado (e-STJ fl. 218):

*As circunstâncias narradas nos autos são graves. Verifica-se que foi apreendido, em tese, um **tablete pequeno de substância semelhante à maconha, 21 (vinte e uma) porções de substância semelhante à cocaína** e diversos sacos plásticos utilizados para embalar drogas para a venda.*

Ademais, o paciente ostenta uma condenação pela prática do crime de tráfico de drogas (vide CAC à ordem 13 fl. 35).

Tais apontamentos, que indicam a gravidade em concreto da conduta, a periculosidade do agente e a possibilidade de reiteração delitiva, são relevantes e suficientes a ensejar a manutenção da custódia cautelar para garantia da ordem pública. (Original sem destaques)

Ressalte-se que “é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que ‘a

preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade' (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/3/2019)" (AgRg no RHC n. 131.260/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 22/10/2020).

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência